

Posições contra o PDU constrangem secretário

O secretário de Obras da Prefeitura de Vitória, Laerce Machado, considerou-se ontem "constrangido" em vista de posições manifestadas contra o PDU e disse, referindo-se aos vereadores da Câmara de Vitória, que fazem sérias restrições ao projeto: "Recusar o Plano será submeter a cidade ao mais completo desordenamento". Por outro lado, louvou a atitude "franca e corajosa" dos vereadores que querem maiores esclarecimentos sobre o assunto.

Sobre isso, disse que está à disposição para qualquer informação que venha ajudar no entendimento da questão, e que continuará recebendo os representantes da Câmara em seu gabinete, mesmo porque, "lendo no jornal as suas observações sobre o PDU, entendemos que talvez o pouco tempo que dispuseram para examinar o trabalho esteja merecendo um maior esclarecimento de nossa parte".

O CONSELHO

Resumindo as explicações que pretende dar aos vereadores, quando for procurado, Laerce Machado abordou a criação do Conselho Municipal do Plano Diretor Urbano de Vitória. "Dizem que ele concederia poderes excepcionais ao prefeito, que poderia legislar por decreto. Mas, ao que me parece, este aspecto não está bem compreendido, pois o Conselho

é órgão de assessoramento do prefeito, não tendo poder decisório".

Fundamentando suas explicações, Laerce considerou que atualmente, o prefeito já pode legislar por decreto. A Lei 2.306, de 27 de maio de 1974, nos seus artigos 2º e 3º, conforme citado por Laerce, modificada pela Lei 2331, altera as zonas e usos conformes permissíveis e proibidas, constituindo-se em instrumento legal que o Executivo pode utilizar — e que utiliza — para produzir novas formas de assentamento urbano em área onde isso já está definido.

Segundo o secretário de Obras, o Conselho constituiu-se de representantes da comunidade "coisa que os vereadores ainda não compreenderam bem". No seu entender, a Prefeitura irá apenas cumprir trâmites legais em aprovação de projeto e o Conselho — repetiu — irá apenas assessorar o prefeito.

COTA 50

Com relação à cota 50 nos morros, limite considerado pelo PDU para que se impeça a ocupação por barracos e que se promova paulatinamente sua desocupação, com vistas ao reflorestamento, Laerce disse que não estão inovando. Atualmente já é proibido a ocupação nesta área. Só estamos repetindo a legislação existente".

PMV requer posse de áreas

A Prefeitura de Vitória vai entrar com um processo junto ao Serviço de Patrimônio da União requerendo a posse formal das áreas ocupadas em São Pedro, Ilha de Santa Maria, Monte Belo, Joana D'Arc, Itararé, Andorinhas, Maria Ortiz e Jabour. A medida visa regularizar a situação dos moradores destes bairros, que até então nenhum documento de posse efetiva têm em seu poder, limitando-se a emitir documentos particulares em casos de comercialização.

Para isso a Prefeitura já abriu concorrência visando à realização de serviços de aerofotogrametria, com o que pretende instruir o processo. O secretário de Obras, Laerce Machado, que deu a informação, não informou, contudo, quando dará entrada da documentação no SPU, já que isso dependerá da realização dos trabalhos de levantamento técnico e dos procedimentos legais necessários.

Os bairros a serem beneficiados receberão também tratamento urbanístico de obras públicas. Para isso, a PMV está solicitando à Câmara dos Vereadores autorização para contrair empréstimo no valor de Cr\$ 402 milhões, junto ao Banco Nacional de Habitação. Mensagem nesse sentido já havia sido enviada àquela Casa, na semana passada, mas, diante da recusa dos vereadores em apreciá-la — alegaram falta de informações —, ela foi retirada pelo prefeito Carlos Von Schilgen.

Conforme disse Laerce Machado, o pedido de empréstimo deverá dar entrada na Câmara novamente hoje, com as questões levantadas pelos representantes da comunidade devidamente esclarecidas. Ele se referiu, neste particular, ao fato do empréstimo ser de Cr\$ 402 milhões e das obras a serem contratadas somarem apenas Cr\$ 229.513.818,12.

Um outro questionamento que foi levantado na Câmara, entretanto, que é o fato da mensagem não citar detalhadamente as ruas e obras que nelas serão realizadas, não será respondido pela Prefeitura. Isso porque o projeto de engenharia dos trabalhos a serem executados ainda não foi concluído e, portanto, as referidas informações ainda não estão disponíveis.

A POSSE

Ainda com relação à tentativa da Prefeitura de regularizar a situação dos bairros em terrenos de marinha providenciando documentação no SPU, cabe lembrar que a pretensão já havia sido anunciada por Carlos Von Schilgen no primeiro semestre deste ano. Em entrevista coletiva dada à imprensa, na época, ele se referiu a diversas áreas alagadas em Vitória que estavam sendo aproveitadas por pessoas de alto poder aquisitivo agindo de forma oportunista e pretendendo levar vantagens em uma posterior regularização.

Com efeito, enquanto inúmeras famílias de baixa renda ocupavam os mangues ao redor da ilha formando acrescidos de marinha com aterros, outras pessoas de potencial econômico bem alto tratavam de fazer o mesmo em áreas como o canal de Camburi. A fiscalização cabia, como cabe ainda hoje, à Capitania dos Portos do Espírito Santo.

Um outro elemento que veio compor a situação representada pelos terrenos de marinha foi a grande elevação que estas áreas sofreram em termos de taxas pagas ao SPU, que, em alguns casos, aumentaram 15 mil por cento, criando situações consideradas insustentáveis para muitos ocupantes.

GAZ, 02/10/79